

Quércia defende o adiamento da Convenção e acredita nos 5 anos

Da Reportagem Local e da Redação

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, defendeu ontem o adiamento da Convenção Nacional do PMDB, marcada para 5 de junho. Quércia anunciou sua posição após se reunir com os deputados federais paulistas do partido. "Acho que é melhor para o país e para o PMDB a não coincidência da Convenção com os trabalhos da Constituinte", disse.

Para Quércia, só depois da promulgação da Constituição é que o PMDB deve discutir suas divergências. O governador, aliás, não acredita que algumas lideranças do partido tentem a criação de uma nova sigla: "Se os que se dizem insatisfeitos tivessem que sair já teriam feito isso", afirmou.

O governador não quis comentar a possibilidade de, na votação das Disposições Transitórias, os quatroanistas obterem uma vitória. "Só que eu tenho a impressão que a tese dos cinco anos de mandato será vitoriosa."

No plano estadual, Orestes Quércia rebateu as críticas dos que rotularam a composição na Executiva Regional do PMDB como excessivamente submissa aos interesses do Palácio dos Bandeirantes.

O novo presidente do Diretório Regional do PMDB paulista, Airton Sandoval, reeleito no último domingo, disse ontem que as prioridades do novo Diretório são a preparação do partido para as eleições municipais de novembro e as transformações que o PMDB deverá sofrer ao término dos trabalhos do Congresso constituinte. Ele também defende o adiamento da Convenção Nacional.

Sandoval votou cinco anos para o mandato presidencial e a favor do parlamentarismo, apesar de ser parlamentarista, porque considera a bancada de 70 deputados federais muito pequena para um Estado com a representatividade de São Paulo. Disse ainda que escolheu o presidencialismo porque espera que o próximo presidente seja de São Paulo. "Se for de Pedregulho (cidade do governador Orestes Quércia), melhor ainda", finalizou.



O governador de São Paulo, Orestes Quercia, no Palácio dos Bandeirantes

Moreira e Arraes querem "novo projeto"

Da Sucursal do Rio

Um documento contendo "Diretrizes para o PMDB" evitar sua desagregação e usar como trunfo nas próximas eleições municipais e presidenciais a autoria do processo de transição e da nova Constituição foi elaborado pelos governadores quatroanistas do Rio, Wellington Moreira Franco, e de Pernambuco, Miguel Arraes, e está sendo encaminhado ao presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães. O documento propõe que o PMDB construa "um novo projeto político" com base num amplo debate das questões econômicas. Deste debate, segundo os dois governadores, deverão surgir a curto prazo soluções de combate à inflação, sem recessão nem arrocho salarial e uma renegociação da dívida externa fora dos "padrões convencionais".

Referências ao conteúdo do documento — mantido em segredo enquanto não é lido por Ulysses — foram feitas no domingo por Moreira, no Rio, e por Arraes, em Recife, no encerramento das Convenções regionais do PMDB. Ambos insistiram na necessidade de intensifica-

ção do debate interno, no partido, sobre as questões políticas e econômicas, de revisão das práticas políticas do PMDB e aprovação de um novo programa partidário. Arraes disse que este debate "é urgente porque a ação do governo federal é ilimitada". Moreira mencionou três questões que, "no curto prazo, condicionam o futuro. A primeira: nós nos recusamos a endossar qualquer medida recessiva e de redução salarial; a segunda: é impossível que o país continue a conviver com esta inflação gigantesca, que corrói os salários e cria um clima social e moral deletério; e a terceira refere-se à dívida externa".

Moreira disse que "o Brasil não tem condições de continuar transferindo todos os anos bilhões e bilhões de dólares para o exterior" e, por isso, "não pode continuar a renegociar a dívida em padrões convencionais". No documento, Moreira e Arraes afirmam que é preciso encontrar "mecanismos para forçar uma renegociação da dívida" mas fazem a ressalva de que o país não deve correr o risco de "cair no isolamento internacinal". Arraes,

Câmara deverá votar amanhã a lei eleitoral

Da Sucursal de Brasília

O projeto de lei que regulamentará as eleições municipais em novembro deste ano poderá ser votado amanhã pela Câmara dos Deputados. Hoje pela manhã, vence o prazo para a apresentação de emendas ao substitutivo do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), relator do projeto.

Carvalho poderá dar um parecer oral sobre as emendas na sessão de hoje ou apresentar um parecer escrito até amanhã. É certa a apresentação de várias emendas, principalmente sobre propaganda eleitoral e formação de partidos.

em seu discurso de domingo, relacionou como "urgentes" também a "solução da dívida externa, a definição do papel do Estado, as reformas agrária e urbana, o combate à pobreza e o fim do arrocho".

Uma minuta das idéias com que Arraes contribuiu para a elaboração do documento foi recebida por Moreira no início de abril, pouco antes de embarcar para a Europa. Na minuta, o governador pernambucano, também defensor do mandato de quatro anos, falava na necessidade de "superação das desigualdades regionais" e de uma retomada da "questão social" pelo partido, como forma de preservar sua unidade, e frisava que "o combate à inflação deve-se fazer sem recessão".

No Rio, os primeiros tópicos do documento "Diretrizes para o PMDB" começaram a ser escritos há dois meses pelo cientista político Hélio Jaguaribe. Ele disse à Folha que, nesses tópicos, o documento tenta evitar "uma prematura ruptura com os históricos e autênticos" do PMDB, reunindo-os em torno de uma "opção do partido pela linha social-democrática".

Novo partido é 'inevitável', afirma Richa

Da Redação

O senador José Richa (PMDB-PR) disse ontem, pela manhã, em São Paulo, que os "históricos perderam o interesse" pelo PMDB. Para o senador, que afirmou não ter disputado as convenções regionais do partido no último fim-de-semana, "agora tanto faz adiar ou não a Convenção Nacional, pois o novo partido é inevitável".

Richa, que esteve em São Paulo participando do seminário "E agora Brasil?" na seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (zona central da cidade), afirmou que "os casuísmos feitos para evitar o racha no PMDB, acabaram por acelerá-lo". Para ele, o novo partido deve ser criado após o término do Congresso constituinte, embora tenha dito que "o desenlace pode até ocorrer antes do previsto".

O senador paranaense referiu-se também ao parecer do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) —relator do projeto de lei que regulamenta as eleições municipais— que pode impedir que o novo partido tenha condições legais de participar do pleito de novembro: "Os líderes estão fazendo de tudo para que isso aconteça, mas o novo partido deve

ser criado, mesmo que não possa disputar as eleições."

Richa comentou as declarações feitas pelo ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, sexta-feira, de que as eleições presidenciais este ano são "inviáveis". O senador disse que "em época de crise, o pior a fazer é fugir das eleições". Richa disse ainda estar "trabalhando" pela aprovação nas Disposições Transitórias, de um mandato de quatro anos, "mas que, até agora, (o trabalho) não foi suficiente para garantir maioria".

Para o senador paranaense, as eleições presidenciais podem ser realizadas em novembro deste ano, pois "a Justiça pode preparar uma eleição em apenas 30 dias", disse.

Richa disse acreditar em um acordo na questão da reforma agrária, pois "o plenário já mandou seu recado aos líderes, de que quer entendimento". Ele afirmou que o texto a ser aprovado deve "colocar apenas alguns princípios e deixar o resto para a legislação ordinária". Segundo Richa, a Constituinte vai dar condições "para a efetivação da reforma agrária e incentivar os produtores a tornarem sua terra produtiva". Para ele, nesta questão, "a esquerda tem feito concessões que me surpreendem".

Dissidência espera Convenção

Da Sucursal de Brasília

O resultado das convenções regionais do PMDB, neste fim de semana, só confirmou a predominância dos governadores sobre suas bancadas e deverá remeter uma decisão final sobre a crise do partido para a Convenção Nacional peemedebista, disse ontem o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR). "Vamos esperar até a Convenção e ver se poderá haver o resgate do partido", disse.

A observação de Scalco, paradoxalmente, é uma espécie de voto de confiança nas possibilidades de que a Convenção consiga resgatar a imagem oposicionista do PMDB,

algo que os dissidentes já consideravam sepultado.

Mas entre os dissidentes e o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), há ainda muitos problemas. Ulysses e seus aliados querem adiar a Convenção, marcada em princípio para dia 5 de junho, e realizá-la só depois de promulgada a nova Constituição. Segundo o deputado Jorge Hage (PMDB-BA), dos 943 delegados que deverão participar da Convenção, os dissidentes contariam apenas com cem parlamentares e cerca de 130 delegados estaduais. "Este quadro pode mudar, mas a mudança da posição dos governadores só poderá ocorrer através do dr. Ulysses", disse Hage.



O senador José Richa (PMDB-PR), proferindo palestra na sede da OAB-SP